

A PASTORAL DA CRIANÇA ENQUANTO MOVIMENTO SOCIAL: UMA ANÁLISE DE REDES E IDENTIDADES

*José Roberto A. Frutuoso e Juliana Lima Maia**

Cite este artigo: FRUTUOSO, José Roberto A.; MAIA, Juliana Lima. A Pastoral da Criança enquanto movimento social: uma análise de redes e identidades. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.45-59, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 13 jul. 2009.

Resumo: O artigo busca problematizar o caso da Pastoral da Criança a partir de um debate com alguns teóricos de movimentos sociais. São analisadas as redes que constituem formas de sociabilidade entre os atores e como a identificação dos sujeitos com o movimento, formando uma identidade coletiva, é importante para a ação coletiva. Os dados empíricos foram obtidos por meio de entrevistas com membros da organização. Conclui-se que as teorias de movimentos sociais permitem uma compreensão de fenômenos semelhantes ao que foi analisado no estudo da Pastoral da Criança.

Palavras-chave: movimentos sociais, redes sociais, identidade coletiva, Pastoral da Criança.

O presente artigo propõe aplicar conceitos de algumas teorias sobre movimentos sociais para investigar o caso da Pastoral da Criança no Distrito Federal. A Pastoral da Criança é um claro exemplo de mobilização coletiva, ou seja, uma organização em que várias pessoas estão envolvidas e buscam um objetivo comum. Por isso pretende-se compreender o caso da Pastoral por meio de um debate entre algumas concepções encontradas no campo das teorias movimentos sociais. O objetivo do artigo está voltado, inicialmente, para a possibilidade de investigar empiricamente o objeto de estudo de modo a estabelecer um diálogo teórico sobre as características do que é um movimento social. Assim, trabalhar-se-á a tipologia desenvolvida por alguns dos principais autores desse campo. Busca-se com isto explicar porque a Pastoral da Criança, apesar de não se enquadrar perfeitamente nos conceitos utilizados, pode problematizar uma abordagem de diferentes perspectivas teóricas.

Feito esse debate teórico inicial, serão analisados alguns aspectos de como a ação coletiva é estimulada pelos vínculos comunitários. Dessa forma, serão estudadas as redes que constituem formas de sociabilidade entre os atores. Como consequência dessas redes sociais, também é relevante trabalhar como a identificação dos atores com o movimento constrói a identidade e é uma condição para a ação coletiva. Portanto, optou-se por este recorte, abrangendo essas duas linhas de estudo, redes sociais e identidade, para a discussão da teoria com a análise empírica do estudo de caso.

Para a realização do estudo foi feita uma revisão bibliográfica sobre movimentos sociais, buscando a apropriação de conceitos importantes para a definição dos objetivos. A partir daí, foram elaboradas perguntas para a aplicação de entrevistas com alguns membros da Pastoral da Criança. No total, foram realizadas cinco entrevistas, entre os meses de setembro e outubro de 2007. Como primeira entrevista, foi escolhida uma pessoa cuja função lhe conferisse uma visão mais geral do movimento, a saber, a coordenadora estadual da Pastoral da Criança, no Distrito Federal. Foram elaboradas perguntas visando conhecer os objetivos, a organização, as principais regiões de atuação no Distrito Federal e os resultados alcançados pela Pastoral da Criança. Os demais entrevistados responderam a perguntas referentes à literatura sobre movimentos sociais. Estes foram escolhidos por atuarem de forma mais próxima à comunidade e alguns possuírem dupla função, o que permitiu conhecer visões mais realistas sobre as atividades da Pastoral da Criança[1].

Neste sentido, adquiriu-se maior conhecimento do movimento e, conseqüentemente, permitiu a aplicação dos conceitos teóricos sobre o conteúdo das entrevistas. O objetivo estava voltado para a investigação da definição conceitual de movimento social, dialogando o fenômeno da Pastoral da Criança com as perspectivas teóricas de Alain Touraine (1997), Alberto Melucci (1996), Donatella Della Porta e Mario Diani (2006). Ademais, utilizaram-se as teorias que destacam a importância das redes de solidariedade e da identidade na ação coletiva (DELLA PORTA e DIANI, 2006, MELUCCI, 1996, TARROW, 1994).

1. Descrição do movimento

Na reunião de 1982 das Organizações das Nações Unidas (ONU), numa conversa entre o diretor executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns surgiu a idéia de criar um projeto de proteção à criança no Brasil. Dom Paulo apresentou a idéia à sua irmã, a médica Zilda Arns Neumann, que, com o apoio do Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Magella Agnelo, fundou a Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1983, em Florestópolis, no Paraná. Nesta região os dados mostravam que morriam 127 crianças para cada mil nascidas vivas. Após um ano de trabalho da Pastoral, a cada mil nascimentos, morriam 28 crianças neste mesmo município[2]. Desde aquele ano o projeto desenvolveu-se para as regiões do Brasil com os maiores índices de miséria, principalmente, quanto à mortalidade infantil. No Distrito Federal, o Pastoral foi implementada em 1989, na região administrativa de Ceilândia[3].

Desde o início, o principal objetivo da organização é o acompanhamento integral de crianças desde a gestação até os seis anos de idade. A Pastoral é formada em sua maioria por voluntários (com exceção da coordenação nacional e estadual) que atualmente são 267 mil em todo o país[4]. A Pastoral atinge essas pessoas principalmente por uma atividade que desenvolvem esporadicamente, a “Casa Aberta”. Esta atividade é realizada no espaço físico da Paróquia ou na comunidade e tem como objetivo expor o seu trabalho e os seus resultados. As Paróquias, além disso, oferecem apoio quanto à divulgação e ampliação da participação de voluntários.

Além do combate à mortalidade infantil, durante esses anos, a Pastoral também possui outros objetivos paralelos. Dentre eles está o oferecimento de cursos profissionalizantes para as mães, a alfabetização de jovens e adultos, bem como o controle de políticas públicas junto ao Estado. Ressalta-se também que a Pastoral da Criança, por ser um órgão subordinado à CNBB, tem como principais apoiadores outras pastorais. Ela recebe ajuda financeira do Ministério da Saúde, que é responsável por aproximadamente 70% de todo o seu orçamento e o restante vem do apoio de empresas privadas[5].

A Pastoral da Criança é organizada de maneira determinada pelo seu Estatuto e Regime Interno[6], levando em consideração a sua divisão em termos de abrangência territorial, geralmente coincidente com a divisão eclesiástica, ou seja, seguindo as divisões entre dioceses e Paróquias determinadas pela Igreja Católica. Essa divisão é a seguinte: comunidade, ramo, setor, estado e país. Cada uma dessas áreas possui uma coordenação própria e há uma disposição hierárquica na relação entre elas. Assim, a Coordenação Nacional está no topo dessa hierarquia, seguida das Coordenações Estaduais, que por sua vez abrangem as Coordenações de Setor e de Ramo (paroquiais).

A função das coordenadorias gira em torno principalmente de tarefas organizativas e de coordenação do pessoal subordinado a cada nível, além de trabalhar na articulação com outros movimentos e pastorais da Igreja Católica, com as autoridades públicas, principalmente órgãos municipais de saúde, e com empresas da iniciativa privada. A Coordenação Estadual tem como função especial participar das Assembléias Gerais Nacionais da Pastoral da Criança, o qual é o órgão soberano do movimento, e tem como fim a avaliação e a tomada de decisões diretivas sobre a sua organização. Já as Coordenações de Setor distinguem-se pela gestão e distribuição de recursos financeiros e pela busca de expansão das comunidades atendidas pela Pastoral da Criança. As Coordenações de Ramo (paroquiais) têm como função principal o acompanhamento regular do trabalho dos Líderes Comunitários, assim como incentivam a capacitação de novos Líderes, buscando novos voluntários. Neste sentido, articulam com o pároco e outras lideranças paroquiais, ampliando a rede de recrutamento.

Na base das atividades da Pastoral da Criança, estão os Líderes Comunitários, os quais atuam diretamente na comunidade. Estes passam obrigatoriamente por um curso de capacitação para o trabalho de acompanhamento das famílias. Visando atingir os objetivos da Pastoral, os Líderes atuam identificando as crianças com menos de seis anos de idade e gestantes, priorizando as mais necessitadas da comunidade. Então, fazem o cadastramento das famílias dessas crianças, a partir de quando se inicia o acompanhamento por visitas domiciliares mensais. Nesta visita é feito um trabalho de ação preventiva para o esclarecimento das mães e famílias quanto aos cuidados da criança, inclusive durante a gestação.

Além disso, a Pastoral também faz um trabalho educativo quanto aos direitos e deveres dos indivíduos e ao compartilhamento de valores humanistas, baseados numa doutrina cristã, contudo, de caráter ecumênico. Os Líderes ajudam na organização do “Dia da Celebração da Vida”, quando são realizadas as pesagens das crianças acompanhadas e também é um momento de confraternização entre as famílias e os voluntários da Pastoral da Criança. É nesse dia, ainda,

que são recolhidos os dados que servem para indicar os resultados do trabalho. Há também outros voluntários que não estão diretamente inseridos no seu quadro, cuja função é apoiar o trabalho dos Líderes Comunitários.

Na Coordenação Estadual do Distrito Federal, a Pastoral da Criança conta com o trabalho de 2230 voluntários divididos entre suas quatro Coordenações Setoriais, cada uma abrangendo várias Regiões Administrativas. Até o segundo trimestre de 2007, das 78.474 crianças pobres residentes no DF (39,9% do total de crianças [IBGE, 2002]), a Pastoral da Criança acompanhava o desenvolvimento de 7.002 crianças 8,8% do número de crianças pobres[7].

2. Movimentos sociais e a Pastoral da Criança

Nesta seção será feita uma problematização das teorias de movimentos sociais e a relação com o caso da Pastoral da Criança. Para tal, serão utilizadas as definições de movimentos sociais de Donatella Della Porta e Mario Diani (2006), Alberto Melucci (1996) e Alain Touraine (1997). Os três autores questionam a teoria da ação racional e oferecem pontos de discussão interessantes na compreensão da ação coletiva e suas motivações. Além do mais, eles estudam a importância das redes sociais e da identidade, fundamentais para a análise do caso.

Melucci nota a emergência de ações coletivas diferenciadas no período contemporâneo e uma dessas formas ele denomina ação altruísta. (MELUCCI, 1996, p. 166). O autor aponta que a principal característica desse tipo de ação é sua natureza tipicamente voluntária relacionada, por exemplo, à saúde e ao amparo assistencial. As recompensas econômicas não formam sua base constitutiva, os laços sociais que unem os atores envolvidos são marcados pela gratuidade de suas ações. A participação no movimento, portanto, não está pautada em um benefício econômico direto. Ainda com intuito de conceituá-la e oferecer uma discussão sobre as características da ação e suas motivações, segundo o autor (MELUCCI, 1996, p. 167), a ação altruísta constitui-se de dois pontos principais:

1. A ação é realizada com o intuito de alcançar objetivos compartilhados por todos, isto, é por uma coletividade; ainda que, os objetivos secundários possam ser de alcance individual ou de um grupo de pessoas dentro do movimento;
2. A ação para ser executada necessita de uma organização, mesmo que essa organização não coincida com uma estrutura associativa institucionalizada.

Diante desses aspectos, cabe inicialmente correlacioná-los com o movimento estudado e retirar-lhes as suas conseqüências principais. A Pastoral da Criança, portanto, dentre as características apontadas por Melucci, é um dos movimentos sociais que melhor se inserem na prática desse tipo de ação. É conhecido, pelo tipo de trabalho que a Pastoral desenvolve, seu caráter de recrutar membros voluntários, portanto, a forma de ação coletiva que esses atores desenvolvem é notadamente organizada sobre um altruísmo social.

Tendo isso em perspectiva, quanto à primeira dimensão da ação altruísta citada pelo autor, os laços que interligam os participantes estão embasados numa ação voluntária, e ficou claro nas entrevistas, que todos agem em busca de um objetivo coletivo. Contudo, esse aspecto não abstém os membros do movimento do recebimento de ganhos. A Pastoral é formada por membros voluntários e eles não recebem benefícios econômicos diretos, os ganhos obtidos pelos seus participantes são de outras formas. Os benefícios pela participação vêm na forma de vantagens simbólicas, tais como, status social, auto-estima e poder. Além disso, a própria motivação em participar do movimento pode surgir a partir de tais vantagens. A entrevistada Fernanda declarou que entrou no movimento por estar passando por dificuldades pessoais e, após fazer parte da Pastoral, nota-se que sua auto-estima melhorou. Segundo ela, “Você cresce com as pessoas, passa a valorizar mais sua família e seus amigos. Passa a valorizar aquilo que não valorizava [...], foi isso que eu aprendi, no dia-a-dia da Pastoral. Essas coisas todas você aprende, valoriza a pessoa, para mim é isso que importa.”

Há ainda os ganhos econômicos indiretos, dentre eles, o membro voluntário “[...] adquire habilidades especiais, estabelecem redes de influência ou adquirem habilidade de liderança – por exemplo, o voluntário pode aprender habilidades profissionais em certas áreas ou estabelecer relações de vantagem profissional ou política” (MELUCCI, 1996, p. 167). Isso é um aspecto bem notável na Pastoral da Criança, afinal, para se tornar Líder – ensinar as famílias como agir preventivamente no cuidado de crianças – a pessoa aprende vários aspectos correlacionados no curso de capacitação oferecido pela Pastoral. Além disso, ela ainda oferece alfabetização para os Líderes. Assim, nota-se que apesar de seus participantes serem voluntários, eles obtêm ganhos de diversas formas.

A segunda dimensão da ação altruísta, apontada por Melucci, é que para a sua execução é necessária uma organização. Isto também é observado na Pastoral da Criança, visto que a sua estrutura organizativa coincide com a já institucionalizada pela Igreja. As práticas voluntárias requerem que a ação seja direcionada claramente para os atores. A organização hierárquica adotada pela Pastoral é uma forma de se viabilizar a mobilização dos atores, bem como de ações políticas eficazes no que tange aos objetivos do movimento nas comunidades.

Mas, cabe uma pergunta: por que essas formas voluntárias de ação têm emergido nas sociedades contemporâneas? Melucci expõe essas orientações altruísticas (MELUCCI, 1996, p. 168). Dentre elas, está a sua orientação para uma inspiração religiosa. A Pastoral da Criança, apesar de se denominar como “um organismo de ação social da CNBB [...] [de atuação] ecumênica, ou seja, aberta a pessoas de todas as religiões” [8], tem seu ideal baseado em valores morais de natureza religiosa. Portanto, dentro do conceito colocado por Melucci, a ação desenvolvida pelo movimento estudado se insere no aspecto altruísta baseado em valores de ordem religiosa. Ao fazer a visita às famílias, mesmo que a Pastoral não faça um trabalho de orientar as pessoas numa dada religião, como observado, a ação altruísta do Líder em seu primeiro contato parte de um discurso baseado em princípios religiosos.

Outro ponto relevante é que a ação altruísta desenvolvida por esses movimentos influi sobre os sistemas de bem-estar social e suas políticas sociais. A Pastoral, desde seu surgimento,

possibilitou que o problema da mortalidade infantil fosse tratado de outra maneira, visto que sua ação aparece aos outros como denúncia de problemas sociais, além de ser de caráter educativa, isto é, esclarecer os beneficiados sobre os seus direitos individuais.

Por fim, uma ação altruísta ainda visa ser um “desafio simbólico” (MELUCCI, 1996, p. 169), ou seja, a crítica de um movimento deste tipo está voltada para a forma de códigos culturais dominantes que foram formados. Assim, a Pastoral da Criança por meio de seu caráter voluntário, em que os atores são movidos por crenças, valores e emoções altruísticos, fazem com que teorias da escolha racional (OLSON, 1965), sejam revisitadas. O debate teórico entre esta última e o tipo de literatura que desenvolve explicações para ações que não sejam apenas de caráter lógico-utilitário (DELLA PORTA e DIANI, 2006, MELUCCI, 1996, TOURAINÉ, 1997) colocam a inserção de atores no movimento, tais como os da Pastoral da Criança, para quem os interesses do “outro” não são reconhecidos apenas por uma lógica instrumental, outras motivações impulsionam esses atores para a ação voluntária.

Outro teórico que nos fornece uma classificação para os tipos de movimentos sociais é Touraine (1997). Uma classificação feita por este autor que contribui para a compreensão do caso da Pastoral é a de movimento societal. Segundo ele, “o movimento societal defende um modo de emprego social de valores morais em oposição ao que defende e tenta impor seu adversário social.” (TOURAINÉ, 1997, p. 119). Sendo assim, observa-se que a Pastoral emprega em sua ação o que Touraine aponta como valores morais não baseados em uma relação instrumental, mas voltada ao sujeito e seus direitos fundamentais, não necessariamente o recompensando material ou politicamente. O autor também destaca que há duas vertentes inseparáveis nesse tipo de movimento, a utópica e a ideológica. Na primeira “o ator identifica-se com os direitos do sujeito”, enquanto que na segunda, o ator “se concentra na luta contra um adversário social” (TOURAINÉ, 1997, p. 120). A declaração feita por Paula em sua entrevista revela o objetivo da Pastoral, no qual se observa um paralelo entre o caso e a correlação entre as vertentes utópica e ideológica:

Têm muitas mães que não procuram o pré-natal, não sabem dos direitos dela, então, a gente procura orientar nessa parte. [Orientamos] as gestantes a procurarem um posto de saúde, porque muitas gestantes não vão ao posto de saúde, uma coisa que elas têm direito e as vezes elas nem sabem [...]. Têm muitas famílias que não sabem nem seus direitos e nem seus deveres, então, a gente procura instruir.

De forma semelhante à abordagem de Melucci (1989), Della Porta e Diani (2006) definem movimentos sociais como formas de ação coletiva que apresentam três características: envolvimento em relações conflituosas com adversários definidos, ligação com redes informais e compartilhamento de uma identidade coletiva (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 20). Assim, os autores consideram que a inserção do grupo em um conflito social é um traço fundamental para distinguir os movimentos sociais de outras formas de ação coletiva. Nesse sentido, conflito é entendido como uma posição tomada pelo movimento social para transformação de assuntos determinados, os quais definem um ator ou conjunto de atores que representam o inimigo a ser

combatido. Assim, os movimentos sociais não apenas identificam problemas sociais a partir de um conjunto de princípios, mas direcionam a ação coletiva para o combate à resistência ou atividade dos atores que impedem a transformação almejada pelo grupo.

Della Porta e Diani (2006) fazem uma distinção importante para o entendimento da Pastoral da Criança. Como já salientado, a ação coletiva em movimentos sociais implica a existência de um conflito social, definindo os atores causadores ou que sustentam esse conflito. No entanto, há formas de ação coletiva que podem não apresentar tal característica, mobilizando-se mais com objetivos de caridade, visando à inclusão social de grupos excluídos por meio da correção dos problemas sociais que geram tais efeitos. Tais grupos são chamados de “movimentos consensuais” (“*consensus movements*”) por Della Porta e Diani (2006, p. 22). Tais formas de ação coletiva não pretendem transformar a estrutura social, “focando-se, ao contrário, na prestação de serviços, auto-ajuda e fortalecimento pessoal e comunitário” (2006, p. 23). Portanto, não é questionada a existência de sujeitos específicos responsáveis pelos problemas combatidos pelo movimento, o que para esses autores, assim como para Melucci, é característico dos movimentos sociais.

Discutir o caso da Pastoral da Criança a partir do conceito de movimento social de Della Porta e Diani pode ser problemático, justamente porque é complexo identificá-la em meio a um conflito social com adversários explícitos. Pelos objetivos da Pastoral da Criança, percebe-se que são centrais as questões de erradicação da pobreza, promoção social das crianças, suas famílias e comunidades. Tais pontos permitem identificar seus antagonistas, quais sejam, a mortalidade infantil causada pela má nutrição das crianças, decorrente das desigualdades sociais e da exclusão dos beneficiários ao acesso à educação e à saúde. Assim, a ausência do governo pode ser reconhecida como o causador dos problemas enfrentados pela Pastoral da Criança. Isto está bem expresso quando a entrevistada Carla afirma que “a Pastoral vai aonde o governo não chega [...]. Então, a Pastoral está buscando a qualidade [de vida] e aquilo que o governo ainda não conseguiu fazer; onde o braço do governo ainda não alcançou”.

Não obstante a sua natureza essencialmente altruísta, baseada nos valores cristãos de caridade e amor ao próximo, o movimento visa não somente ao suprimento desses serviços que são insuficientemente exercidos pelas autoridades públicas, mas também prima pela transformação social. Orientando e esclarecendo as famílias acerca dos seus direitos como cidadãos, tanto se combatem os problemas sociais alvos da Pastoral, como se procura alertar a sociedade, especialmente o governo, sobre a relevância de tais problemas. A partir do exposto ela será tratada como um movimento social, condizente com os elementos que distinguem o conceito para os autores trabalhados.

3. Redes sociais

As redes sociais são consideradas por Della Porta e Diani (2006), Melucci (1996) e Tarrow (1994) como importantes elementos para que haja ação coletiva prolongada no interior dos movimentos sociais. A ligação entre os indivíduos participantes ajuda a estabelecer uma maior proximidade entre eles, facilitando a ação conjunta pela troca de experiências e pela

construção de identidades. As redes sociais propiciam uma reciprocidade, o que está ligado às relações sociais do cotidiano. Elas também podem ir além dos limites locais, alcançando escalas nacionais.

Um movimento consiste de unidades autônomas que dedicam grande parte do seu tempo para avaliar os recursos na construção e manutenção da solidariedade interna (MELUCCI, 1996, p. 113). Na análise da Pastoral da Criança, a formação dessa característica interna se dá de modo considerável, visto que o movimento desenvolve meios para que a solidariedade dos membros seja mantida. Apesar de a organização ser hierárquica, as redes que se formam dentro do movimento são suficientes para que os atores naturalizem essa hierarquia e a veja como uma normalidade social (SCHERER-WARREN, 2005, p. 40), visto que isso é comum no ambiente onde se mobilizam, no caso da Pastoral, a Paróquia, que se remete à hierarquia da Igreja.

Neste sentido, um primeiro ponto para que essas redes de solidariedade ofereçam sustentabilidade ao movimento é a relação cotidiana dos membros da Pastoral. Devido ao fato do Líder ser uma pessoa que mora na comunidade, a interação entre ele e outros Líderes que também atuam naquela região é constante. Além disso, a Paróquia local é o lugar em que as pessoas se encontram, até mesmo porque são em sua maioria da mesma religião, e isso propicia o fortalecimento dos laços comunicativos. Outro meio usado pela Pastoral para reforçar as redes entre os seus membros é a reunião mensal dos Líderes de uma determinada região. Essas reuniões têm o objetivo de trocar experiências, compartilhar problemas e fortalecer os vínculos afetivos entre os membros, o que gera uma rede de troca. Essas fazem com que as unidades autônomas tragam a homogeneidade para a ação. No mesmo sentido, em nível nacional, também são realizados encontros anuais de Coordenadores Estaduais e de Setor.

Um segundo ponto que caracteriza alguns dos movimentos sociais, como no caso da Pastoral, é a existência da liderança descentralizada. Apesar de existir uma hierarquia dentro da Pastoral, não há um líder propriamente dito, pelo menos no que tange a uma interferência na ação concreta. Por ter essa peculiaridade, estes tipos de movimentos acabam possibilitando que diferentes indivíduos possam se tornar membros com funções mais específicas. Segundo a entrevistada Bianca, Coordenadora Paroquial e Líder, essa escolha pode ser feita pelo desempenho da pessoa enquanto voluntária:

Todo mês a Pastoral pesa crianças, [...] se [neste dia] tem uma pessoa que diz ‘Ah, estou querendo entrar na Pastoral para ajudar vocês’ [...], então, no dia na pesagem ela vai ajudar a brincar com as crianças, aprender a tomar conta de criança, ajudar a conversar com alguma mãe, ajudar na cozinha, a servir o lanche [...]. Passaram-se 1, 2, 3 ou 4 meses, a gente diz: ‘Você não quer ser um Líder para fazer as visitas junto com a gente?’ [...]

Obviamente, a pessoa tem que passar pelo curso de capacitação, mas existe a possibilidade de ocupação de outros cargos.

Um último ponto é que os membros, agrupados numa mesma comunidade, operam de forma independente do resto do movimento. Neste ponto, as redes formam conexões

importantes para a manutenção da solidariedade e identidade, visto que os membros “mantêm ligações [com o resto do movimento] por meio da circulação de informação e pessoas” (MELUCCI, 1996, p. 115). Assim, segundo Carla, a Pastoral atua com a produção de informativos e com a realização de reuniões para estabelecerem uma troca de experiências entre os membros do movimento.

Sidney Tarrow (1994) destaca a importância das redes sociais formadas entre os indivíduos na difusão e consolidação dos movimentos sociais. Geralmente, os movimentos sociais são formados a partir de grupos, cujos integrantes já mantinham uma relação previamente estabelecida. Tarrow constata a importância dos grupos como determinantes para a ação coletiva, ressaltando o papel das identidades que esses grupos trazem consigo ou que são formadas em longo prazo, com a interação no interior dos movimentos. Então, a partir dos vínculos pessoais – que darão origem às redes sociais – as pessoas vêem-se mais motivadas para mobilização contra injustiças sociais, possibilitando melhores meios para contestar seus adversários políticos.

Ademais, com especial relevância para a análise da Pastoral da Criança, afirma-se que a “sociabilidade de comunidades tradicionais pode servir como incubadora para a mobilização” (TARROW, 1994, p. 21). Grandes instituições como a Igreja Católica, por exemplo, podem servir como “cúmplices inconscientes na formação de redes” (TARROW, 1994, p. 22). Desse modo, a partir dos vínculos previamente existentes entre os fiéis dessa Igreja a formação da ação coletiva é impulsionada.

A existência de redes informais densas exige que os movimentos sociais possuam, no seu interior, uma rede de constantes relações entre os indivíduos ou organizações que os compõem. Dessa forma, a ação do grupo não se dá através de uma organização rígida e formalmente construída, mas pela ação coordenada de indivíduos com relativa autonomia, comprometidos com os valores que guiam o movimento para os seus objetivos, por meio de trocas de experiências o que ajuda a definir diferentes estratégias de ação.

A importância das redes sociais é expressa de forma bem clara no interior da Pastoral da Criança. Essas redes de solidariedade oferecem sustentabilidade ao movimento, pois há uma relação cotidiana entre os membros. Verifica-se que quase todos os entrevistados mencionam uns aos outros, demonstrando grande proximidade entre os eles, e até mesmo laços de amizade. Além disso, a Paróquia local é o lugar em que as pessoas se encontram, até mesmo porque são em sua maioria da mesma religião, e isso propicia o fortalecimento dos laços comunicativos.

Por exemplo, a entrevistada Paula menciona como a necessidade dos Líderes estarem vinculados à Paróquia na qual atuam ajuda na interação entre os participantes: “como geralmente nós somos da mesma comunidade, sempre tem a interação e o convívio”. Do mesmo modo, uma das Líderes, Kênia, quando questionada se já conhecia membros da Pastoral da Criança antes de participar dela, afirma que “já conhecia [...] de ver na Igreja [...] mas não tinha muita ligação”. Logo, fica claro como a participação prévia em comunidades, especialmente se

tratando de uma instituição como a Igreja Católica, pode servir como atrativo para a mobilização das pessoas.

4. O papel da identidade para a ação coletiva

Uma importante característica distintiva dos movimentos sociais é a sua capacidade de gerar identidades coletivas. A construção de identidades é essencial para que haja uma ligação entre os membros, que se identificam enquanto participantes do grupo, dividindo valores, objetivos e expressando um comprometimento com a causa do movimento social. Assim, a identidade coletiva proporcionada pela participação em movimentos sociais tanto ajuda no processo de ação coletiva quanto propicia incentivos pessoais aos seus integrantes, reforçando o comprometimento individual.

O papel dos valores compartilhados pelos membros de um movimento social é particularmente relevante para a mobilização. São os valores que influenciam os objetivos do movimento, ajudando na escolha de estratégias condizentes com tais valores. Como já exposto, Della Porta e Diani (2006) enfatizam o envolvimento de movimentos sociais em conflitos. As imagens e símbolos dos diferentes atores, ou seja, os valores da organização e os dos seus adversários, por ajudar a gerar identificações simbólicas entre os atores envolvidos, também condicionam a ação coletiva. Além do mais, os valores também garantem elementos motivacionais que permitem que os custos de ação coletiva tenham menor relevância, o que não aconteceria na sua ausência. Os valores são, portanto, definidores da motivação dos indivíduos, além de participar na constituição das identidades coletivas dos movimentos sociais.

Isto fica bem explícito quando todos os entrevistados salientam o caráter altruísta do trabalho na Pastoral da Criança, como foi discutido anteriormente seguindo a classificação feita por Melucci. Por ser um movimento de origem religiosa, é guiado pelos valores cristãos, mais especificamente católicos. Um ponto comum na perspectiva de todos os entrevistados é a irrelevância das dificuldades frente à motivação dos voluntários, consequência do “amor que as pessoas [voluntários] têm pela Pastoral”, segundo Paula. Portanto, a dedicação aos objetivos da Pastoral e o comprometimento com o ideal evangélico superariam quaisquer custos que as dificuldades de trabalho oferecem.

Assim, retorna-se ao terceiro elemento constitutivo dos movimentos sociais na concepção de Della Porta e Diani (2006), ou seja, a relação entre identidade e a ação coletiva. Definindo identidade como “o processo pelo qual atores se reconhecem – e são reconhecidos por outros atores – como parte de agrupamentos mais abrangentes, e desenvolvem conexões emocionais com estes” (DELLA PORTA E DIANI, 2006, p. 91). A identidade, juntamente com os valores, exerce um papel cognitivo, dando sentido para as experiências individuais, redefinindo constantemente os projetos individuais a partir da participação e, por conseguinte, modificam-se as possibilidades de ação coletiva.

Essa é uma visão também compartilhada por Melucci. Para ele, o grau de investimento emocional que capacita certos indivíduos para fazê-los sentir parte de uma unidade comum é uma das características da identidade coletiva (MELUCCI, 1996, p. 71). Portanto, não se pode

reduzir a participação a um cálculo de custo-benefício. O movimento estudado, levando em consideração a tipologia colocada por este mesmo autor, faz parte de uma ação coletiva altruísta que se valida na prática coletiva de atores que usam suas experiências emocionais de voluntariado.

Diante disso, “um ator coletivo não pode construir sua identidade independentemente de seu reconhecimento (que também pode significar negação ou oposição) por outros atores sociais e políticos” (MELUCCI, 1996, p. 73). A identidade coletiva para ser construída precisa se reafirmar diante da percepção do outro. Na Pastoral, há um reconhecimento por parte dos membros tanto em relação ao movimento em si, quanto ao auto-reconhecimento enquanto parte de uma coletividade maior. Um exemplo, no primeiro caso, foi o que a entrevistada Bianca disse “Como movimento social é um dos mais ricos que tem no Brasil, [...] tem muita gente que fala ‘aquela ali eu acredito, na Pastoral da Criança eu acredito’”. Isso revela o reconhecimento da Pastoral, enquanto movimento social, por parte dos “outros”, de acordo com Melucci.

Retomando os principais mecanismos de formação da identidade nos movimentos sociais, segundo Della Porta e Diani (2006), primeiramente, por um lado, a identidade permite que se defina o “nós”, isto é, os movimentos sociais delimitam quem pertence ao grupo. Por outro, também se define quem são os “outros”, os agentes contra quem se mobiliza dentro do conflito no qual se inserem. Logo, a produção de identidades coletivas gera um reconhecimento positivo da identidade do próprio movimento, assim como estabelece um sentido negativo, na medida em que determina quem são os seus adversários.

Em segundo lugar, a constituição de identidades influi na formação de redes de confiança, de modo semelhante ao que já foi discutido. A partir da ligação entre os indivíduos, decorrente do compartilhamento da mesma identidade coletiva, é facilitado o suprimento de recursos escassos, a circulação de informação e a ajuda externa, decorrente do reconhecimento adquirido pela organização na sociedade. Por exemplo, Kênia diz que “o mercadinho vê que a gente está ajudando as crianças e doa um saco de arroz, de feijão, coisas para o lanche no dia da paisagem. [...] Eles ajudam no que pode porque vêem o nosso trabalho”.

Por fim, “a identidade coletiva conecta e aponta alguns significados comuns para experiências de ação coletiva deslocadas no tempo e no espaço” (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 94), ou seja, eventos e iniciativas específicas ajudam na construção da identidade coletiva, além de manter a mobilização em fases de menor visibilidade do movimento. Porém, esse fenômeno também influi na constituição da identidade dos indivíduos participantes, pois lhes permite relacionar experiências diversas e difusas ao longo da vida, estimulando o engajamento constante em diferentes causas. Ademais, o engajamento individual em um movimento pode transformar, além da atividade coletiva, a própria vida cotidiana, ou mesmo o sentido da vida da pessoa, constituindo uma “genuína experiência de conversão” (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 97).

Este caráter de relação entre identidade individual e identidade coletiva pode ser exemplificado por duas experiências distintas. A Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança,

participante há oito anos, poderia ser um exemplo do que Della Porta e Diani chamariam de “carreira militante duradoura” (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 96). Anteriormente, ela trabalhou em vários movimentos pastorais da Igreja Católica, depois foi convidada para ser voluntária da Pastoral da Criança, até que foi eleita Coordenadora Estadual. Logo, sua longa carreira em trabalhos voluntários ou de cunho social, constituiu-lhe uma identidade que contribuiu para uma constante reafirmação de comprometimento com movimentos sociais.

No outro caso, uma das Líderes Comunitárias apresenta como o engajamento na Pastoral da Criança causou a criação de uma mudança pessoal. Fernanda afirma que

Eu estava passando por problemas pessoais, uma profunda depressão. Aí, uma amiga me convidou para fazer o curso de Líder da Pastoral para me distrair. No começo eu achava muito chato, mas quando eu comecei a trabalhar, brincando com as crianças, eu me apaixonei. Aí, eu comecei a mudar e não ficava mais triste. Todo mundo aqui em casa viu a mudança.

Ela verificou que sua vida privada sofreu uma mudança positiva. Logo, sua identidade com o movimento gerou uma modificação no sentido de sua vida e no seu cotidiano.

A identidade e os valores de um movimento social podem ter um duplo caráter, sendo inclusivos ou exclusivos. Quando a identidade não é homogeneizada, ligada com um grupo social ou ideologia específica, essa identidade é inclusiva. Nesse caso, é mais fácil a comunicação do movimento social com o mundo social exterior, o que torna a mobilização de recursos externos, vindos de seus simpatizantes, mais freqüente.

Ao contrário, se o movimento social apresentar uma identidade exclusiva, estando esta diretamente ligada a um conjunto de valores ou grupo determinado, o movimento tende a se isolar do mundo exterior. Apesar de se dificultar a obtenção de recursos organizacionais e financeiros, a exclusividade de um movimento pode facilitar os incentivos para a participação de novos membros que compartilham os valores e identidades específicas do movimento (DELLA PORTA e DIANI, 2006, p. 103).

Esse duplo caráter da abertura dos movimentos sociais com relação ao mundo exterior e sua consequência sobre a constituição da identidade coletiva apresenta-se de forma peculiar na Pastoral da Criança. Verifica-se a presença de uma identidade inclusiva no discurso e nas práticas do movimento, mas, simultaneamente, há restrições quanto ao acesso do mundo exterior. O caráter inclusivo da Pastoral da Criança é percebido nas entrevistas, quando estes afirmam que os beneficiários recebem o mesmo tratamento, independentemente da identidade da cor, raça, classe social ou credo religioso das famílias. Como já citado, a Líder Kênia se lembra de casos em que, por falta de recursos para a organização dos lanches oferecidos às famílias mensalmente, no “Dia da Celebração da Vida”, consegue-se doações de comerciantes da comunidade devido ao reconhecimento do trabalho da Pastoral da Criança entre eles. Portanto, por apresentar uma identidade inclusiva, é facilitada a obtenção de recursos vindos de fora do movimento, como propuseram Della Porta e Diani (2006).

É quanto à religião que se pode fazer uma observação, pois, apesar de se declarar de caráter ecumênico, a Pastoral está fortemente vinculada à Igreja Católica, desde sua origem até sua organização territorial, e são das Paróquias que as pessoas são recrutadas para o trabalho voluntário. Assim, apesar de não se limitar o acesso de indivíduos com identidades e valores religiosos, a Pastoral da Criança é fundamentalmente formada por católicos.

Ademais, todos os entrevistados ressaltam a ajuda da Igreja no fornecimento do espaço físico para suas atividades e reuniões. Logo, limita-se novamente, de forma indireta, o acesso de pessoas que professam outras crenças. Portanto, pode-se concluir que, por um lado essa relativa exclusividade de participação de católicos levaria a uma redução do número de simpatizantes que poderiam apoiar a Pastoral da Criança, pois indivíduos de outras religiões não têm motivações para adesão. Por outro lado, a Pastoral permite uma maior mobilização de católicos que compartilham a identidade e os valores preponderantes do movimento.

5. Conclusão

A partir da análise realizada ao longo deste artigo foi possível abordar o caso da Pastoral da Criança e problematizá-lo a partir de teorias relevantes no estudo de movimentos sociais. Assim, a Pastoral pode ser compreendida como um movimento a partir de uma aproximação com o quadro conceitual discutido. Com relação à concepção de Melucci (1996), por ser um movimento que desenvolve um tipo de ação baseada em valores emocionais e voluntários, a Pastoral pode ser observada como um movimento de ação altruísta. Já com relação à tipologia de Touraine (1997), há uma aproximação do caso analisado com o conceito de movimento societal, visto que ele pode ter tanto um caráter utópico como ideológico. Isso se explica porque a Pastoral busca o esclarecimento sobre os direitos das famílias acompanhadas ao mesmo tempo em que luta contra um problema social. Com a visão de Della Porta e Diani (2006) discutiu-se que a Pastoral da Criança apresenta características de um movimento conflitivo, pois seu objetivo é lutar contra problemas sociais, decorrentes da deficiência na prestação de serviços básicos pelas autoridades.

Por sua vez, a perspectiva de redes como elemento explicativo do processo de formação e consolidação dos movimentos sociais elucida o fenômeno da Pastoral da Criança, uma vez que há uma interação inter-pessoal no interior da organização, facilitando o direcionamento da ação coletiva. A formação de redes produz vínculos de solidariedade que propiciam a construção de uma identidade coletiva. O reconhecimento por parte dos próprios membros, assim como daqueles que estão fora da Pastoral, leva ao compartilhamento de interesses, valores e experiências pessoais, tornando a construção de uma identidade distintiva do movimento essencial para a mobilização dos voluntários.

Sendo assim, o debate entre as abordagens teóricas sobre os movimentos sociais serviram para uma compreensão mais ampla da Pastoral da Criança, voltando-se para o diálogo entre teoria e a prática da pesquisa empírica. Portanto, demonstraram-se alguns fatores que podem colocar a Pastoral na perspectiva de uma ação coletiva semelhante a outros casos que visam à intervenção na sociedade, além de uma reconstrução de vínculos sociais e diversificação

de identidades. Desse modo, a Pastoral caracteriza-se como um movimento de ação coletiva que pode ser compreendida e problematizada por meio dos estudos de movimentos sociais. 🌐

NOTAS

* José Roberto A. Frutuoso (zefrutuoso@gmail.com) é aluno do 9º período e Juliana Lima Maia (juliana_limaia@yahoo.com.br) é aluna do 6º período, ambos do curso de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB). São bolsistas do Programa de Educação Tutorial em Ciência Política (PET/POL). Professoras orientadoras: Rebecca Abers e Marisa von Bülow (tutora do PET/POL).

[1] Ao longo do trabalho, serão utilizados nomes fictícios para os entrevistados. Tais nomes desconsideram a distinção de sexo entre eles.

[2] Disponível em: <http://www.pastoraldacrianca.org.br/htmltonuke.php?filnavn=pastcri-dev/arquivos_genericos/portal/historico.html>. Acessado em: 28 nov. 2007.

[3] Informação fornecida pela entrevistada Carla.

[4] Disponível em: <http://www.pastoraldacrianca.org.br/htmltonuke.php?filnavn=pastcri-dev/arquivos_genericos/portal/missao.html>. Acessado em: 28 nov. 2007.

[5] Informação fornecida pela entrevistada Carla.

[6] Disponível em: <http://www.pastoraldacrianca.org.br/htmltonuke.php?filnavn=pastcri-dev/arquivos_genericos/portal/Estatuto_Pastoral_da_Crianca.html>. Acessado em: 28 nov. 2007.

[7] Sistema de Informação da Pastoral da Criança, Relatório de Metas e Coberturas, Abrangência: Coordenação Estadual-DF, Trimestre 2 do ano 2007. Folhas de Acompanhamento Digitadas até 28/11/2007 às 02:50 horas. <<http://www.pastoraldacrianca.org.br/pastcri-dev/>>. Acessado em: 28 nov. 2007.

[8] Disponível em: <http://www.pastoraldacrianca.org.br/htmltonuke.php?filnavn=pastcri-dev/arquivos_genericos/portal/missao.html>. Acessado em: 28 nov. 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social Movements: an introduction**. 2. ed. Malden: Blackwell Publishing, 2006.

IBGE. **Indicadores sociais municipais 2000**: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MELUCCI, Alberto. “Um objetivo para os movimentos sociais?”. **Lua Nova**, No. 17, junho, 1989, p. 49-66.

_____. **Challenging Codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

OLSON, Mancur. **Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999.

PASTORAL DA CRIANÇA. <<http://www.pastoraldacrianca.org.br/>>. Acessado em 28 nov. 2007.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Redes sociais: trajetórias e fronteiras”. In: DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério L. Lima da (org.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA PASTORAL DA CRIANÇA. <<http://www.pastoraldacrianca.org.br/pastcri-dev/>>. Acessado em: 28 nov. 2007.

TARROW, Sidney. **Power in Movement: social movements, collective action and politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos Viver Juntos?:** iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1997.